



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

## VIOLÊNCIA NA ESCOLA E A PROPOSTA DE MILITARIZAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Elisa Maria Andrade Brisola<sup>1</sup>  
Jefferson Fernando Cabral Ribeiro<sup>2</sup>

**Resumo:** O texto aborda a violência na escola como fenômeno que se inscreve nas relações sociais produzidas na sociedade capitalista contemporânea. Reflete sobre uma das respostas à violência na escola: a militarização. As propostas de enfrentamento da violência na escola se assentam em diferentes visões teóricas e políticas, tema que se constitui em desafio para o Serviço Social na Educação.

**Palavras-chave:** Educação. Serviço Social. Violência na escola. Militarização.

**Abstract:** The text addresses violence in the school, as a phenomenon that is inscribed in the social relations produced in contemporary capitalist society. It reflects on one of the responses to violence in school: militarization. The proposals to combat violence at school are based on different theoretical and political views, a theme that constitutes a challenge for Social Work in Education.

**Keywords:** Education. Social Work. Violence in school. Militarization.

### Introdução

Com a generalização da violência e a banalização da vida espalhando-se dentro e fora da escola, o que, aliás, ultrapassa em muito a recorrente indisciplina infanto-juvenil, tem-se frequentes eventos de violência envolvendo alunos, professores, diretores e pais.

Tal fenômeno tem se constituído em desafio para gestores, pesquisadores e profissionais como os assistentes sociais no sentido de encontrar respostas à demanda complexa que contribui, dentre outros aspectos, para problemas de aprendizagem, questões de ordem física ou psicológica tanto para alunos como para professores, como também a evasão escolar.

Contudo, responder à violência na escola implica compreendê-la como “expressão das relações sociais e fenômeno presente no cotidiano” (FRAGA, 2006, p. 89-90).

A sociabilidade contemporânea convive com índices alarmantes de violência, pois, ainda que na história humana esse fenômeno seja recorrente, as formas de

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade de Taubaté, E-mail: elisabrisola@gmail.com.

<sup>2</sup> Profissional de outras áreas, Universidade de Taubaté, E-mail: elisabrisola@gmail.com.

violência ganham destaque atualmente dada a complexidade das relações sociais produzidas na ordem social com o agravamento da chamada questão social.

O texto aborda o fenômeno da violência na escola, entendendo que este se articula com o contexto social mais amplo e busca debater sobre uma das respostas dadas à violência na escola: a militarização, bem como esses processos são desafios para o Serviço Social na área da educação.

## 1. Violência e sociedade

A violência é, sobretudo, uma ação humana que é definida como relação social, uma forma de ligação entre indivíduos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde,

[...] o uso intencional da força física ou do poder, de fato ou como uma ameaça, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade que resulte ou tenha susceptíveis de causar lesões, morte, dano psicológico, transtornos do desenvolvimento ou privaciones[...] (RELATÓRIO OMS, 2003).

Oliveira e Martins (2007, p. 90, *grifos nossos*) afirmaram que a palavra “violência” vem do latim *‘violentia’* e significa força violenta; ou, ainda, recurso à força, para submeter alguém (contra sua vontade); exercício da força, praticado contra o direito”.

Sposito (2012, p. 3, *grifos da autora*) aponta a violência como:

Em uma de suas definições mais amplamente aceitas, embora seja extremamente difícil exprimi-la a partir de uma única categoria explicativa, a *violência é todo ato que implica na ruptura de um nexos social pelo uso da força*. Nega-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito. Mas a própria noção encerra níveis diversos de significação, pois os limites entre o reconhecimento ou não do ato como violento são definidos pelos atores em condições históricas e culturais diversas.

A violência vem acontecendo por vários séculos e, na medida em que vai passando o tempo, segundo Ianni (2002, p. 9), surgem “novas e renovadas formas e as técnicas de violências que entram direta e indiretamente no jogo das forças sociais e na dinâmica das formas de sociabilidade que se desenvolvem com o capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório”.

Na ótica de Ianni (2002, p. 8) a violência é um fenômeno complexo que se manifesta tanto individual como coletivamente; é histórica, assume formas objetivas e subjetivas, “é um acontecimento excepcional que transborda das várias ciências sociais; revela dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história, em suas implicações político-econômicas, socioculturais, objetivas e subjetivas”.

Segundo o autor, no curso do mundo moderno, as formas e as técnicas de violência adquirem não só outros alcances e características, como novas

manifestações e modulações, profundamente marcadas pelas “relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica próprios do Capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório” (IANNI, 2002, p. 9-10).

Chauí (2006), por sua vez, entende que o modo de produção capitalista dá ênfase ao indivíduo, ao particular, participando como sócios em uma divisão interna, ficando, em segundo plano, o sentido de comunidade (comum unidade).

Com a instituição da divisão social do trabalho, da propriedade privada e a divisão de classes manifestam-se na cultura opressora, a cultura de elite e a cultura de violência.

Ao analisar a sociedade brasileira, Chauí (2000) explica que esta é marcada pela estrutura hierarquizada a qual determina uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos, com a manifestação de autoritarismo e violência nas relações sociais.

Assim, pode-se entender que a análise da estrutura social é uma das perspectivas importantes quando se pretende entender a violência na sociedade brasileira.

Nessa mesma direção, pode-se afirmar que, na contemporaneidade, no contexto da crise do capital e seus derivados- a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, a violência exacerba afetando a sociedade como um todo.

Muitas vezes, as causas da violência direta estão relacionadas com situações de violência estrutural e/ou justificadas para a violência cultural: muitas situações resultam em um abuso de poder que cai sobre um grupo oprimido, ou uma situação de injustiça social (de uma distribuição desigual de insuficiência de recursos, uma grande desigualdade de renda pessoas, a dificuldade de acesso aos serviços sociais e a rede de saúde, ou depreciação pela força) (SÁNCHEZ; BARÓN, 2012, p. 196, *Tradução nossa*).

Oliveira e Martins (2007) afirmam que a díade dominação-exploração é um dos fatores da complexa rede de violência social, por constituir relações de desigualdades apoiadas no conceito de patriarcado-capitalismo-racismo, em que a dominação e a exploração visam pautar todas essas relações distintas.

A violência social tem a mulher e a criança como inferiores ao homem, o pobre inferior ao rico e o negro inferior ao branco. Assim, se tem um retrato da sociedade que está longe de ser igualitária, ao contrário, é sexista, adultocêntrica, etnocêntrica e classista, na qual o poder de dominar e explorar define o caráter hierárquico das relações sociais e interpessoais (OLIVEIRA; MARTINS 2007).

Nesse contexto, concorda-se com Mattos (2013) que o recrudescimento da questão social, o aumento da pobreza traz repercussões significativas para o conjunto da sociedade. Contudo, “o crescimento da violência urbana há muito ultrapassou as

barreiras fictícias das favelas tornando-se um sintoma agudo de ameaça à integridade física, à coesão social e ao poder estatal” (FLEURY, 2012, p. 197).

Na sociedade brasileira contemporânea, a violência urbana atinge de forma acentuada os jovens os quais são alvos da violência policial, de traficantes e milicianos, conforme aponta o Mapa da Violência (2016) e outros estudos (BRISOLA, 2012). Também as mulheres e idosos são alvos preferenciais da violência.

No que se refere à violência perpetrada contra as mulheres, por exemplo, tem-se no Brasil, no período 2011-2013, 17.581 óbitos por agressões registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o que equivale a uma taxa bruta de mortalidade de 5,87 óbitos por 100 mil mulheres, em média, 5.860 mortes de mulheres por agressões a cada ano, 488 a cada mês, dezesseis a cada dia, ou uma a cada uma hora e trinta minutos (GARCIA; SILVA, 2016).

## **2. Violência na escola**

Segundo documento produzido pelo Ministério da Educação e Cultura (2004) sobre a educação inclusiva em 2004, a escola é definida como,

[...] o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania (BRASIL, 2004, p.7).

De acordo com Rosa (2010), a escola é lugar de socialização, ou seja, espaço que proporciona a indivíduos isolados a capacidade de participar na sociedade dada.

No que se refere à violência na escola, a autora entende tratar de um fenômeno multicausal que já faz parte dos problemas sócio-políticos do país. Aponta ainda que fatores como ausência do Estado, miséria, desemprego, desigualdades sociais, falta de oportunidades para os jovens fazem aumentar as manifestações de violência. Entretanto, a referida autora não considera os elementos estruturais como únicos determinantes da violência.

A violência na escola, segundo Scheinvar e Sávio (2015),

emerge da própria ideia de ideal universal, trazida com a racionalidade burguesa. Uma racionalidade imposta, porque subjetivada como totalizante, que tem como ênfase a formação de peças para máquinas que fazem crescer o capital – sempre privado (SCHEINVAR; SÁVIO, 2015, p.55-56).

Os autores apontam que os modos de vida da contemporaneidade se expressam também na escola. As ideias propostas pelas mídias (internet, música, TV, cinema), bem como a vivência em família, vizinhança e cultura de bairros, cidades nas quais o indivíduo vive, estão ligadas à produção e ao consumo, “o que faz o nosso mundo circular sob certas lógicas úteis à ampliação do capitalismo” (SCHEINVAR; SÁVIO, 2015, p.56).

As agressões têm se tornado cada vez mais frequentes nas escolas brasileiras e, além dos danos físicos, podem ter consequências negativas sobre os resultados escolares e sobre a formação social dos alunos (BECKER; KASSOUF, 2016, p. 653).

De acordo com Souza (2012) existem três formas de violência:

[..] na escola (entre alunos, de aluno contra a escola, da escola contra o aluno), da escola (violência simbólica) e a violência contra a escola (a desvalorização social e o empobrecimento do professor (SOUZA, 2012, p.72).

Como exemplo dos tipos de violência citadas por Souza (2012) destacam-se:

- a) entre alunos pode ser expressa através de xingamentos, brigas com violência física (uso da força para produzir lesões, traumas, feridas, dores ou incapacidades, ameaça, furto de material), brigas sem violência física ou violência psicológica (agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar e humilhar);
- b) violência interpessoal (caracterizada pela violência de uma pessoa contra outra); de aluno contra a escola é mais conhecida como vandalismo e depredação escolar, envolve furto de materiais e equipamentos, c) quebra de instalações ou é equipamentos e pichações; professor e aluno ou vice e versa, ameaças entre alunos e professores (SOUZA, 2012, p.74).

A partir do diálogo com estudiosos da violência na escola, pode-se depreender que se trata de um fenômeno multifacetado e multicausal com forte determinação da estrutura social desigual como no caso brasileiro, contudo, seus efeitos são deletérios para a formação de crianças e adolescentes tanto do ponto de vista intelectual, como físico e psicológico.

Dentre estas, destaca-se a proposta de militarização da escola, a qual se inscreve no conjunto de estratégias neoliberais, as quais privilegiam a desresponsabilização do Estado de um lado, e o aumento do controle sobre a sociedade de outro.

### **3. A militarização da escola**

A violência cresce a cada dia, presente nas escolas, manifesta-se sob diversas formas. Isso não deveria acontecer, pois escola é espaço de formação dos sujeitos ali inseridos, sejam eles alunos, professores ou demais funcionários.

No contexto de violência na escola, muitas são as tentativas de enfrentamento. Entre as respostas à violência no âmbito escolar pode-se citar a mediação de conflitos (BECKER, 2012).

Em seus estudos acerca da Justiça Restaurativa, a autora conclui que esta esbarra em limites estruturais da sociedade e sem a superação destes, a técnica de mediação não lograra êxito, pois trata-se de uma técnica insuficiente para resolução da violência, visto que é necessária uma mudança cultural, “com a participação de sujeitos ativos e a consciência crítica da realidade, como também uma mudança estrutural do sistema econômico, o qual aprofunda a desigualdade social, geradora de conflitos” (BECKER, 2012, p. 9).

Outra resposta tem sido a militarização das escolas que se constitui em gestão, direção e ensino pautados na lógica militar. A propósito cabe lembrar que a militarização tem sido estratégia por excelência utilizada no Brasil para a contenção das classes “ditas perigosas”, com o controle social (WACQUANT, 2007).

No que se refere à militarização, tem-se exemplos de 93 escolas, em 18 Estados da Federação, constituindo-se essa prática de gestão escolar uma das respostas dadas, sobretudo à questão da violência, mas, também, como indicador de melhoria de desempenho, visto que em nove estados as escolas obtiveram o primeiro lugar no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, entre as escolas estaduais.

A exigente e rígida disciplina militar vem ganhando adeptos como mães, profissionais da educação entre outros responsáveis pela formação de crianças e adolescentes, que acreditam, em sua maioria, que a militarização da escola, se trata de uma política “ideal” para o combate da violência, pois traz a consciência aos alunos, mantendo-os longe das condições adversas de riscos e vulnerabilidades ocasionados pela violência.

Cabe lembrar que a proposta transferência da gestão das escolas da rede pública estadual para a administração de Organizações Sociais - OS's<sup>3</sup>, se inscreve na tendência da reforma do Estado ou da contrarreforma, no contexto de “redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, 1995, p.12).

De acordo com Behring (2003), esse processo, comumente denominado de “reforma” do Estado, configura-se como uma verdadeira contrarreforma, tendo em vista que possui um conteúdo conservador e regressivo em relação aos direitos conquistados na Constituição de 1988.

A escola pública se expandiu sem um correspondente investimento, culminando com a banalização da educação, ocasionando um “apagão educacional” deixando espaço para o crescimento da violência no ambiente escolar, trazendo como resposta a estas questões, em diversos estados brasileiros, a militarização. A proposta pedagógica prioriza princípios e práticas de um ensino moderno e atual, embora tenha como base valores tradicionais (GUIMARÃES, 2017).

O contexto de precarização e violência vivenciado pelas escolas e diante aos resultados pífios apresentados por grande parte destas quanto à aprendizagem de

---

<sup>3</sup> O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal (BRASIL, 1995, p. 60).

seus alunos, levou alguns governos, como o de Goiás, a entregar a gestão das escolas públicas estaduais para a Polícia Militar fato que tem adquirido cada vez mais adeptos, primeiramente, em razão do medo e da violência e, em segundo plano, em razão da visão negativa e preconceituosa de que adolescentes, em geral pobres e negros, são ameaçadores e perigosos.

Os pais, por sua vez, veem as escolas militarizadas como locais em que seus filhos estarão seguros, protegidos da marginalidade e das drogas, local em que aprenderão não somente aquilo que é próprio das escolas ensinarem, mas também, ou principalmente, a disciplina, a obediência, o respeito à hierarquia, valores que eles não estão conseguindo desenvolver, pois estão cada vez mais assoberbados no trabalho ou por falta de condições socioeconômicas e político-educacionais para entender o que é a vivência em sociedade e os valores que a envolvem.

Conforme Gonçalves e Sposito (2005), durante os últimos vinte anos, muitas políticas públicas para a redução da violência no meio escolar foram implementadas, principalmente nas esferas estadual e municipal. Tais experiências além expressar em iniciativas fragmentadas e descontínuas também evidenciam que tais políticas demandam estudos sistemáticos para avaliar sua eficácia e proporcionar elementos para a formulação de novas ideias e representações “no reconhecimento dos aspectos históricos, culturais e políticos que imprimiram suas marcas na constituição de sociedades colonizadas como o Brasil” (SPOSITO, 2012, p. 4).

Nos dias atuais, tem-se verificado entrega da gestão de escolas públicas à Polícia Militar em vários estados brasileiros, o que tem chamado atenção de estudiosos e pesquisadores da área de Educação. Alunos, bem como professores e servidores que atuam em instituições escolares da rede pública espalhadas pelo Brasil têm sido vítimas de violência todos os dias. A problemática sobre violência na área da educação é tão grave que o assunto tem sido visto como problema de segurança pública.

Além do problema da violência, como já demonstrava Fernandes (2007), a questão do acesso ao ensino demonstrava estar resolvida, uma vez que quase a totalidade das crianças em idade escolar está alocada no sistema educacional. Entretanto, o problema ainda reside na elevada proporção de adolescentes que abandonam a escola sem concluir a educação básica.

Entretanto, a violência escolar assume proporções alarmantes, o que pode suscitar respostas extremadas à questão, com forte apoio da sociedade.

Nessa direção, a gestão de escolas em alguns municípios tem sido transferida para Organizações Sociais ou à Polícia Militar. Caetano e Viegas (2016) ressaltam que o “repasso das escolas”, além da administração pela polícia militar, visam

“remodelar [a escola] na imagem e semelhança de um quartel militar, com todas as imposições, doutrinas e abusos que tal regime implica” (CAETANO; VIEGAS, 2016, p. 13).

Segundo Mezomo (1994); Paro (2007); Garcia (2009); Coutinho (2014) e Souza (2015) qualidade da educação se refere a uma perspectiva socialmente construída em princípios, orientações e atribuições, uma teia de ações empreendidas na escola, nos enfrentamentos dos problemas de indisciplina e violência.

A ausência dessa teia, por sua vez, pode fragilizar projetos de transformação, multiplicando divergências e descontinuidades, abrindo espaços para o esvaziamento de iniciativas.

Segundo Santos (2016) com o aumento dos Colégios da Polícia Militar de Goiás - SPMG houve uma melhora no desempenho dos alunos nos exames como IDEB e o ENEM. Entretanto, questiona-se se esse modelo é compatível com a democracia e a cidadania.

Santos (2016) aponta que “o argumento mais difundido pela opinião pública para criação das escolas militares diz respeito ao pouco rendimento escolar, à disciplina, à violência e ao uso de drogas, presente nas escolas públicas geridas por civis”.

Para alguns grupos de agentes e parte da população, a militarização de escolas é garantia de eficiência, ou seja, a transferência para outros agentes do Estado é entendida como forma rentável de ampliar a cobertura educativa, como fonte de melhora do rendimento escolar.

Contudo, segmentos da academia e da sociedade civil questionam com veemência e consideram que as políticas favoráveis à militarização educativa são, ao contrário, fonte de desigualdade educativa e de segregação escolar, sobretudo porque quando nos referimos à militarização da educação temos em mente um processo complexo.

Abramovay (2015) considera que a transferência da responsabilidade à Polícia Militar estaria ligada a um controle da violência por meio de repressão, condições estruturais e financeiras privilegiadas, além de não abordar as causas reais da situação, pois “é consensual na sociedade que a segurança escolar se constitui em um valor em si mesma” (ABRAMOVAY, 2015, p. 18), e complementa:

Ademais, a violência ou a ameaça de violência – em suas diversas modalidades – tem um impacto direto na qualidade da educação, no modo como os professores e estudantes desenvolvem seu trabalho em sala de aula, no ambiente escolar, no rendimento dos alunos e na qualidade de vida de suas famílias (ABRAMOVAY, 2015, p. 45).

Por outro lado, segundo Oliveira (2016), a cultura do medo e a prática militarista tendem a vender a ideia de que a militarização é uma solução para ampliar a segurança, além de servir de combate à violência, fazendo com que o tema segurança pública se torne um instrumento importante para muitos governantes, que “por meio dele tem sido possível criar mecanismos que permitem um maior controle dos movimentos sociais, a ampliação da capacidade de monitoramento dos grupos de oposição, assim como de acompanhamento de setores apontados como socialmente incômodos” (OLIVEIRA, 2016, p. 43).

A transformação das escolas públicas de educação básica em colégios militares e a defesa da gestão educacional militarizada conduzida pela Polícia Militar como solução dos problemas da educação pública expressam o retrocesso social, que,

Embora de natureza política distinta, encontra-se em curso outras medidas questionáveis no corpo das políticas de terceirização da gestão da escola pública. Uma das mais preocupantes é tocante à PM, que assumiram, em vários estados brasileiros, a administração de escolas públicas, principalmente daquelas em áreas de grande risco social. É o que está ocorrendo, por exemplo, mesmo sob os protestos de educadores e entidades de educação e, em alguns casos, da população local, em Goiás, Sergipe, Bahia, Ceará, Piauí, Amazonas, Tocantins, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio de Janeiro, onde o Colégio Dom Pedro II está sob o comando e a responsabilidade do Corpo de Bombeiros Militar. Estima-se que, no total, haveria hoje mais de 100 escolas sob gestão militar no Brasil (EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, EDITORIAL, 2016, p. 5-6).

Mas “qual o sentido da presença das escolas militares na educação? Oliveira (2016, p.41) destaca que, para uns, trata-se de um investimento na qualidade da educação, mas, para outros, trata-se de mais uma ação nos moldes da agenda conservadora em busca de consolidar sua hegemonia política.

Na ótica da reação social sobre o processo de implementação das escolas militares, é possível verificar se tratar de uma “moeda eleitoral”, que emerge:

[...] como objeto de desejo para prefeitos que têm muito pouco para oferecer no campo da educação (ou talvez não saibam ou ainda, não desejam), mas, ao mesmo tempo as escolas militares se tornaram uma concessão do Governo em benefício de aliados, apoiadores (é também como uma forma de acomodação do excesso de oficiais militares e de política de fortalecimento de uma instituição desacreditada como a Polícia Militar, todavia, ainda vista como uma forte aliada no jogo político) e, por fim, como o Governador deixou público, uma política de contra-ataque aos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2016, p. 41).

Oliveira (2016, p. 49) ressalta que:

[...] o modelo das escolas militares se torna um ideal para uma parcela da comunidade também pela ausência de um modelo consistente de escola que se contraponha aos modelos atuais e, ao mesmo tempo, sejam acessíveis a todos.

Assim, entende-se ser imprescindível amplo debate acerca das consequências do processo de militarização das escolas, visto que, por trás do discurso da qualidade, encontra-se a ideologia da segurança pública e do controle social exercido pelo Estado sobre a sociedade, reforçando o conservadorismo.

Nessa direção, cabe lembrar as contribuições do assistente social na área da educação visto que pode contribuir com diagnósticos sobre a realidade dos alunos e familiares (fatores sociais, econômicos) determinam abandono ou baixo desempenho escolar; articulado com a rede de serviços sociais e assistenciais para encaminhamento das demandas apresentadas; contribuição com a equipe multiprofissional na reflexão acerca dos determinantes da violência, entre outros aspectos (CFESS,2001).

### **Considerações finais**

A violência tem se constituído em um fenômeno contemporâneo gerando inúmeros debates, suscitando respostas por parte dos poderes públicos, ainda que no Brasil ela seja fenômeno recorrente historicamente.

Como um fenômeno produzido na e pela sociedade é exacerbado no contexto de crise do capital e aprofunda a chamada questão social.

Dentre as respostas construídas à violência na escola encontra-se a militarização, proposta de cunho conservador, bem ao sabor dos ventos que sopram no Brasil atualmente.

A proposta de militarização da escola tem como principal apelo o combate à violência, o ensino da ordem e da disciplina, bem como a melhoria na qualidade de ensino.

Entretanto, constata-se que a proposta visa ao controle e a pacificação das mentes e corações sobretudo das crianças e dos adolescentes, coibindo a livre expressão e a criatividade.

A militarização da escola se constitui em proposta antidemocrática na medida em que se baseia em valores tradicionais caros às forças armadas e se inscreve na lógica neoliberal.

Assim, entende-se que o tema da violência e sua relação com a sociedade, bem como as respostas a essas questões, devem ser ampla e criticamente debatidas por pais, professores e gestores escolares de forma que as estratégias de enfrentamento não sejam contrárias à liberdade e a democracia e o assistente social no âmbito escolar pode contribuir para a defesa da educação com direito, sem violência ou militarização.

### **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, M. **Programa de prevenção à violência nas escolas:** Violências nas escolas. Rio de Janeiro: Flacso - Brasil, 2015. Disponível em:

<http://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2017.

BECKER, K. L.; KASSOUF, A. L. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Rev. Nova Economia**, v. 26, n. 2, p. 653-677, 2016.

BECKER, V. A. P. Justiça restaurativa na resolução de conflitos: a vez e a voz dos adolescentes. 152 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano). Universidade de Taubaté, 2012.

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v.3, 2004.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BRISOLA, E. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012. Disponível em: [http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/viewFile/7441/5749](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/7441/5749). Acesso em: 19 dez 2017

CAETANO, I.; VIEGAS, V. (ORGS). **Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas**. Ian Caetano de Oliveira, Victor Hugo Viegas de Freitas Silva. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016. (Coleção Piquete). Disponível em: [https://www.academia.edu/21570641/As\\_escolas\\_militares\\_-\\_o\\_controle\\_a\\_cultura\\_do\\_medo](https://www.academia.edu/21570641/As_escolas_militares_-_o_controle_a_cultura_do_medo). Acesso em: 23 out 2017.

CHAUÍ, M. S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. Nova edição revista e ampliada. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em mai.2019.

COUTINHO, J. P. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014. Disponível em: <http://circuloliberal.org/livros/ideias-conservadoras.pdf>. Acesso em nov 2017.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. EDITORIAL. Privatização e militarização: ameaças renovadas à Gestão democrática da escola pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p.1-7, jan.-mar, 2016. Disponível em: <http://www.bivirloc.com/ejournals/EDUCACAO%20E%20SOCIEDADE/2016/educacao%20y%20sociedade%20Vol%2037%20Num%20134%20Enero%202016.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

FERNANDES, A. T. Sociedade, família e escola. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Cidade do Porto, Portugal. v. 17, 2007. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2352>. Acesso em 17 jul. 2017

FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. Dossiê. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 194-222, mai/ago 2012

FRAGA, P. C. P. Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção de violência contra jovens. *In*: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política social, família e juventude: Uma questão de direitos**. 2 d. São Paulo: Cortez, 2006. (p. 81-104)

GONÇALVES, L. A. O.; SPOSITO, M. P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, 2 mar. 2002. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100004)>. Acesso em 27 jun., 2016.

IANNI, O. A Violência na sociedade contemporânea. **Revista Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 7, n. 12, p. 7-30, 2002. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/644>. Acesso em: 27 jun. 2016.

OLIVEIRA, D. D. As escolas militares: o controle, a cultura do medo e da violência. *In*: CAETANO, I.; VIEGAS, V. (Orgs.). Estado de exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura, 2016. (Coleção Piquete - p. 41-49). Disponível em: [https://www.academia.edu/21570641/As\\_escolas\\_militares\\_o\\_controle\\_a\\_cultura\\_do\\_medo](https://www.academia.edu/21570641/As_escolas_militares_o_controle_a_cultura_do_medo). Acesso em: 23 out 2017.

OLIVEIRA, É. C. S.; MARTINS, S. T. F. Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 90-98, Apr.2007 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100013&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 nov 2017.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Rel. Mundial sobre Violência e Saúde**.p.5, cap. 1, 2003.PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

ROSA, M. J. A. Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o Processo Ensino Aprendizagem. **Revista Fórum**

**Identidades.** Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8, jul-dez 2010. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1785>. Acesso em: 04 jul 2017.

SÁNCHEZ, B. Y. G.; BARÓN, J. G. Violencia, crisis del capitalismo global y juventud. **Revista Colombiana de Educación**, n.º 62. Primer semestre de 2012, p. 191-219, Bogotá, Colômbia. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcde/n62/n62a11.pdf>. Acesso em: 04 jul 2017

SANTOS, R. J.C. A militarização da escola pública em Goiás. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia: PUCGO, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3515>. Acesso em: 04 jul 2017.

SCHEINVAR, E; SÁVIO, L. Violência escolar: efeitos da normalização e da prática penal. **Revista EPOS**. Rio de Janeiro - RJ, v.6, n.2, jul-dez., 2015.

SOUZA, K. O. J. Violência em escolas públicas e a promoção da saúde: Relatos e diálogos com alunos e professores. *Rev. Bras. Promoç. Saúde*, Fortaleza, 25(1): 71-79, jan./mar., 2012.

SPOSITO, M. P. A instituição escolar e a violência. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: [http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolenca.pdf/at\\_download/file](http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolenca.pdf/at_download/file). Acesso em jan. 2017.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: A Nova Gestão da Miséria nos EUA** [A onda punitiva]. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. (Coleção Pensamento Criminológico nº06)

WASELFISZ, J. J. Dados do Mapa da Violência 2012 e Mapa da Violência 2012 - Atualização: Homicídios de mulheres no Brasil, **Mapa da Violência 2012, Cebela/FLACSO**. Disponível em: <http://mapadaviolenca.org.br/>. Acesso em 19 jan. 2017.